

Deputados propoem Constituinte sem Câmara e Senado

Brasília — José Varella

Brasília — A suspensão da instalação da Câmara e do Senado e das eleições de suas mesas diretoras será proposta hoje durante reunião da bancada do PMDB, por decisão de deputados que se reuniram anteontem na residência de Virgídias Sena (PMDB-BA) para examinar proposta de funcionamento da Constituinte em caráter autônomo e regime unicameral.

Se a proposta for aprovada e aceita pelos demais partidos, ficam automaticamente suspensas as atividades da Câmara e do Senado, que serão substituídas pela Assembleia Nacional Constituinte. Segundo Domingos Leonelli (PMDB-BA), apesar de ter sido convocada para redação de nova Carta, a Constituinte tem poderes para legislar sobre matéria legislativa "porque quem pode mais pode menos".

O movimento, que segundo Leonelli reúne cerca de 40 deputados, tem desfecho incerto, mas a simples tomada de assinaaturas para a proposição agitou os debates da Câmara, onde os parlamentares se dividem entre as candidaturas Ulysses Guimarães e Fernando Lyra à presidência.

Leonelli explicou que o objetivo do movimento é fortalecer os quadros partidários, "evitando-se os fatos consumados que prevaleceram nos últimos quatro anos, quando em diversas instâncias do partido as decisões eram tomadas sem que os deputados fossem consultados previamente". A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), engajada na candidatura de Fernando Lyra, tem outra visão do movimento, do qual Antônio Brito (PMDB-RS) é um dos coordenadores:

— Esses colegas — diz Cristina — têm sentimentos e atitudes de sacristães. Eles têm medo de dizer que não querem cometer a inconstitucionalidade de votar em Ulysses Guimarães para presidente da Câmara e, com conversa de unicameralismo, pretendem evitar a eleição.

O deputado Fernando Lyra, que ontem à noite, através de seguidos contatos, era consultado sobre a adesão ao movimento, preferiu minimizá-lo, afirmando que "os seus defensores estão na realidade com medo da eleição".

O mesmo Fernando Lyra avisa que haverá eleição para a mesa do Senado na manhã do dia 1º. E conclui:

— Uma vez instalado o Senado, está afastada a possibilidade de adoção do unicameralismo, porque essa medida implicaria a extinção do Senado e para isso seria necessária a alteração da parte da Constituição em vigor.

O deputado Djalma Bessa (PFL-BA), que é constitucionalista, considera fora de propósito o movimento dos deputados a favor da suspensão da instalação da Câmara e do Senado. Ele explica que no artigo 27 da Constituição está previsto o funcionamento da Câmara e do Senado. Bessa reconhece que a Constituição é soberana, mas adverte:

— Enquanto os constituintes estiverem elaborando a nova Constituição, a atual estará vigindo. A revogação de qualquer de seus dispositivos exige a passagem por determinados processos legislativos, sendo o primeiro deles a instalação das duas Casas legislativas. Se se propõe a suspensão de sua instalação, quem vai revogar tais disposições?

Ulysses apóia tese do funcionamento exclusivo

Brasília — O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, em declaração surpreendente, reconheceu que a tese do funcionamento exclusivo da Constituinte "representa a tese do bom senso, pois a própria Bíblia ensina que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo, que dirá a quatro (Câmara, Senado, Congresso e a própria Constituinte)".

A menos de 24 horas da reunião da bancada do PMDB, que vai homologar o candidato à reeleição à presidência da Câmara, Ulysses respondeu à bancada de Pernambuco, que lhe entregou manifesto sugerindo a suspensão do funcionamento da Câmara e do Senado, com o conseqüente adiamento das eleições de suas respectivas mesas para depois da promulgação da nova Constituição.

O deputado explicou aos jornalistas que, mesmo defendendo particularmente a tese de que as mesas devam ser eleitas e as duas casas só funcionem excepcionalmente, não pode, como presidente do partido, mostrar-se insensível à manifestação da maioria. "Se querem assim, que se cumpra a vontade dos constituintes", observou, com a preocupação de enfatizar que não estimula o movimento, até porque isso poderia ser interpretado como uma forma de evitar a disputa contra o deputado Fernando Lyra.

— A verdade é que sempre defendi a criação de uma comissão delegada para legislar pelo Congresso durante o funcionamento da Constituinte. Derrotada a minha tese, diga-se por culpa do Senado, não tive outra alternativa a não ser aceitar que o presidente da Câmara exerça as funções de presidente da Constituinte — disse Ulysses.

O deputado, desde o último fim de semana, começou a se preocupar com o crescimento do movimento, originário da bancada do PMDB do Rio Grande do Sul. Nas primeiras horas da manhã, recebia a informação de que os novos deputados — que representam 299 em um universo de 487 — já tinham conseguido a adesão de vários estados, extrapolando inclusive a bancada do PMDB.

De qualquer maneira — frisou Ulysses — vamos ver o que a reunião da bancada decide. Eu acatarei a decisão, e vou para onde ela me levar. A verdade é que existem também outras sugestões. O Senado, por exemplo, decidiu eleger a Mesa e decretar que só funcionará em caráter extraordinário. Quem sabe a bancada da Câmara não toma uma decisão idêntica?

Independentemente da articulação dos novos — liderados pelo gaúcho Antônio Brito, que promoveu anteontem uma reunião na casa do deputado Virgídias Sena (BA), com a presença inclusive dos veteranos —, o comando da campanha contabilizava dados que asseguram a vitória de Ulysses. Para ser eleito ele precisa de 245 votos.

O deputado acha que a votação ficará assim: Ulysses — 314, Fernando Lyra — 128. O restante, 45 votos, ficará distribuído entre nulos, brancos e ausentes. Ulysses, pela avaliação do comando de campanha, terá 200 dos 259 votos do PMDB e 65 dos 118 do PFL, conquistando ainda de 25 a 30 votos do PDS, 12 do PTB, seis do PT e um do PCB. O presidente do PMDB não deverá ter votos nas bancadas do PDT, PT, PC do B, PDC e PSC.

O teste decisivo da eleição de Ulysses será hoje, se a bancada decidir não adiar a eleição. Fora do PMDB, ele tem assegurados apenas 114 votos. Assim, precisará ter no partido pelo menos 130 votos (o total de 244 lhe dá maioria absoluta entre os 487 deputados). Existe a hipótese de que Fernando Lyra não concorra na bancada. Mesmo assim, se Ulysses não chegar a esses 130 votos dos deputados de seu partido, estará, em tese — sempre pode haver mudança de escolhas entre uma e outra votação —, matematicamente derrotado.

Afif denuncia tentativa de "aniquilar" Congresso

Jomar Moraes

São Paulo — Conservador e moderado, pela lógica das coisas ele deveria ser um dos últimos brasileiros a desembarcar em Brasília, neste final de semana, brandindo apelos rebeldes aos políticos e à nação. Lógica, no entanto, parece ser algo cada vez mais raro na agitada sucessão de propostas na política brasileira — e, nesse caso, o terceiro deputado mais votado do país, o empresário paulista Guilherme Afif Domingos, se reserva o direito de ser o primeiro a chegar à Constituinte com uma proposta de "rebelião".

"Conclamo os meus companheiros e o povo à rebelião contra a tentativa de se aniquilar o Congresso e a Constituinte, delegando-se ao presidente da República poderes ditatoriais", diz Afif, preocupado com as articulações para que sejam aprovados, já na primeira semana de funcionamento da Constituinte, dois atos constitucionais destinados a permitir ao Executivo legislar sobre matéria econômica e substituir o trabalho da Câmara e do Senado pelo de uma comissão de parlamentares encarregada de legislação ordinária.

A proposta surgiu do Palácio do Planalto, com o patrocínio público do futuro presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e está assentada praticamente sobre dois argumentos: os constituintes precisam dedicar tempo integral à Constituição e o presidente José Sarney, no quadro atual da economia, necessita de movimentos mais rápidos na tomada de decisões às vezes dramáticas.



José Lourenço cobre o microfone com a mão tentando evitar que Lyra tome a palavra

Lyra não ouve direção do PFL e fala para bancada

Brasília — O deputado Fernando Lyra (PMDB-PE) cumpriu nos últimos dias uma performance de fazer inveja a qualquer político: paralisou o governo federal com a disputa pela presidência da Câmara, convocou a bancada do PDT da inconstitucionalidade da reeleição do deputado Ulysses Guimarães e saiu aplaudido das reuniões de bancada do PFL e do PDS, mesmo não tendo sido convidado.

Na noite de quarta-feira, Lyra chegou de surpresa ao auditório Nereu Ramos, onde a bancada do PFL e a executiva nacional discutiam os problemas do partido. Antes, o deputado José Tomás Nonô havia solicitado que tanto Lyra quanto Ulysses fossem convidados, na qualidade de candidatos, para debater com os pefelistas. O pedido foi rejeitado pelo presidente em exercício do partido, deputado Maurício Campos.

Lyra, no entanto, foi lá e venceu a resistência do líder José Lourenço, que não queria lhe dar a palavra. Vários deputados exigiram aos gritos que se deixasse o pemedebista pernambucano discursar. Ele falou e até arrancou palmas do PFL.

A cena repetiu-se na tarde de ontem. De surpresa, Lyra chegou sozinho no pequeno auditório do anexo 4 da Câmara, onde a bancada do PDS discutia a eleição do novo líder do partido. Aproximou-se da mesa e pediu ao atual líder, deputado Amaral Neto, que lhe permitisse falar. Autorizado, expôs as razões de sua candidatura, insistiu na inconstitucionalidade da candidatura de Ulysses e falou sobre a importância da Constituinte. O deputado Salim Curiati (PDS-SP)

perguntou, sem rodeios: "Mas o sr, que é um dos maiores críticos do PDS, vem aqui solicitar os nossos votos. Por quê?" — É verdade, deputado, que sou um dos maiores críticos do PDS. Visto a camisa do PMDB. Mas serei presidente dos deputados e não dos partidos. Sou adversário do PDS, mas não do sr. Além disso, na última eleição, não fui levado a criticar o PDS porque em Pernambuco não há PDS. Fiz muitas críticas, isto sim, ao vosso líder, Amaral Neto, que é bom debatedor — retrucou Lyra.

Antes, Amaral, ao tentar encaminhar a escolha de sua bancada, observou que Ulysses "tem um currículo muito melhor". Lyra saiu abraçado e cumprimentado da reunião do PDS e a disputa pela presidência da Câmara não empolgou mais a reunião.

Nos corredores da Câmara, Lyra não discriminou ninguém. Parou todos que com ele cruzaram e pediu voto sem cerimônia. Desde que deixou o gabinete do presidente José Sarney, na manhã de ontem, passou a ter mais um argumento na disputa com Ulysses: "O presidente me garantiu que não interfere na eleição e nem tem preferência".

Newton negocia apoio para Garcia ser vice

Belo Horizonte — O governador eleito de Minas Gerais, Newton Cardoso, disse que pretende negociar com o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, o cargo de vice-presidente da República, que atualmente não existe no país, afirmando que considera o governador Hélio Garcia o "homem que reúne as melhores condições para este honroso e importante cargo". Newton Cardoso declarou que vinculará o apoio da bancada mineira à candidatura de Ulysses à presidência da Câmara, ao seu "esforço" para que a liderança do PMDB fique em Minas.

— Este cargo já é de Minas, já é nosso, e evidentemente o esforço do doutor Ulysses é importante para a candidatura do deputado Milton Reis (PMDB-MG). Minas tem a maior bancada federal do PMDB e não pode votar de maneira subalterna e sem uma correspondência de apoio ao povo mineiro. É natural pedir o apoio à candidatura de Milton Reis — salientou o governador eleito, ao comentar a pauta de seu encontro com o deputado Ulysses Guimarães, em Brasília, para onde viajou no final da tarde de ontem.

Pimenta

Newton Cardoso afirmou também que vai trabalhar para que o atual líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga — um dos dissidentes que apoiaram a candidatura do senador Itamar Franco — ocupe o cargo de relator da Grande Comissão da Constituinte. "É justo", acrescentou. O governador eleito ressaltou que, como mineiro, Pimenta da Veiga deve ter a "consciência cívica" de votar com o seu estado.

Antes de viajar para Brasília, Newton Cardoso participou ao vivo do programa show da tarde, da TV Alterosa, apresentado por Dirceu Pereira, terceiro suplente de deputado estadual pelo PMDB.

— Para seu conforto, você sabe que serão convocados três ou quatro deputados estaduais para o meu secretariado e, evidentemente estes deputados vão dar oportunidade para você ir para a Assembleia — disse Newton Cardoso a Dirceu Pereira, que, para agradecer, comandou sucessivas salvas de palmas, no auditório, e entusiasmados coros de gritos em homenagem ao governador.

Foi neste clima de exaltação que o apresentador comandou uma longa entrevista, onde Newton Cardoso anunciou que vai copiar a obra do governador do Rio, Leonel Brizola, e seus Cieps, acrescentando que as escolas serão ainda mais completas, porque "serão também profissionalizantes". Disse que irá tratar o funcionalismo público com "respeito", mas confirmou que fará demissões.

— Ninguém vai flunar no meu governo. Quero todo mundo trabalhando e não será vantajoso para os acomodados serem secretários de Estado — advertiu.

Após o programa, Newton Cardoso admitiu a possibilidade de que a bancada mineira venha a apoiar o nome do deputado Fernando Lyra para a presidência da Câmara. "Isto é provável, se não tiver um amplo entendimento com o doutor Ulysses Guimarães. Agora, a bancada vai marchar pelos seus próprios pés, pois eu não vou orientar o pensamento político dela." Hoje, Newton Cardoso almoça com o presidente Sarney, mas evitou entrar em detalhes sobre os assuntos que serão tratados.

— Convidado não fala, apenas ouve — disse.

Newton Cardoso, que retorna a Belo Horizonte para participar da solenidade de posse dos deputados estaduais, no próximo domingo, confirmou seu apoio à candidatura do deputado Neif Jabour (PMDB) à presidência da Assembleia, criticando a candidatura do deputado Ademir Luccas (PMDB) — seu adversário político em Contagem — chamando-a de "extemporânea e inoportuna".

Negou-se a revelar nomes do seu secretariado, dizendo que as listas até agora divulgadas só acertaram um dos nomes. "Mesmo assim, erraram a pasta". Disse que a frente Minas-Rio foi mal interpretada, pois não é contra São Paulo, mas em defesa dos interesses dos dois estados.

Sarney, sem índices de popularidade de antes, já não desce a rampa

Brasília — Um Landau de janelas fechadas que deixa rapidamente o Planalto em direção ao Palácio da Alvorada é o que resta do que chegou a se constituir na mais importante atração turística de Brasília: a saída do presidente, presenciada sempre por grupos de visitantes, que, estimulados pelas agências de turismo, não perdiam a oportunidade de saudá-lo. A descida da rampa, característica dos governos militares após ser lançada pelo primeiro presidente do ciclo, o marechal Castelo Branco, não teve a mesma importância na Nova República, embora o presidente Sarney também tenha tirado partido das peregrinações à Praça dos Três Poderes durante o auge da sua popularidade, com o Plano Cruzado I.

Em julho, porém, depois que as contradições do Cruzado começaram a aparecer e as manifestações na praça deixaram de ser propriamente amistosas, havendo inclusive incidentes com grupos de protesto, o serviço de segurança de Sarney convenceu-o a esquecer a rampa. O próprio Sarney desestimulou o esquema especial que a segurança ainda pensou em montar para resguardar pelo menos formalmente a tradição. O esquema consistia em afastar do local quem estivesse ali para vaiar o presidente. Ele achou melhor abandonar a rampa de vez.

As agências até hoje lamentam a perda da atração turística, mas no Planalto ninguém pensa em ressuscitar a cerimônia. No entanto, ela foi lembrada recentemente pelos prefeitos do Estado do Rio: eles decidiram que a melhor forma de pressionar o presidente para o pagamento dos Cx\$ 230 milhões, aproximadamente, que o governo federal deve às prefeituras desde a fusão era montar um acampamento diante do Palácio do Planalto. O presidente Sarney, toda vez que descesse a rampa, não podia deixar de se lembrar da dívida.

Foi preciso o prefeito de Niterói, Waldenir de Bragança, lembrar que a rampa do Palácio do Planalto, nestes tempos de Cruzado III, voltara a ser apenas o ornamento arquitetônico imaginado por Niemeyer.

Simon ouve os prefeitos do seu partido ao traçar estratégia de governo

Porto Alegre — O governador eleito do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, disse aos 94 prefeitos pemedebistas do estado que está convencido de não poder fazer muito pelas medidas sugeridas, entre elas a criação de pólos administrativos regionais, "mas precisamos avançar", disse ele. Os prefeitos fizeram a Simon um relato de suas dificuldades e reivindicações, sugerindo, além dos pólos administrativos, a criação de conselhos para fiscalizar os servidores públicos e o fim do corporativismo — a indicação exclusiva, por exemplo, de médicos para a área de saúde e agrônomo para o setor de agricultura.

Simon acompanhou atento as quatro horas de relato e disse que muitas idéias deverão ser confirmadas no seu governo. Contudo, explicou que "elas serão examinadas juntamente com as sugestões apresentadas pelo grupo de assessoramento técnico, a sociedade e as entidades de classes. Com relação ao secretariado, o novo governador garantiu estar mais preocupado com a definição do plano de governo. "Os nomes virão depois e se encaixarão na linha determinada".

Embora sem a confirmação de Simon, o prefeito Bernardo de Souza, de Pelotas, cuja administração é elogiada inclusive fora do estado, revelou que foi convidado e aceitou participar do futuro governo, provavelmente na Secretaria dos Transportes. Ao falar pelo grupo de descentralização, municipalização e participação dos municípios, Souza sintetizou o pensamento dos prefeitos do PMDB gaúcho: "A rigor, tudo pode ser municipalizado".

No documento, os prefeitos criticam distorções existentes na administração estadual, entre as quais o nepotismo nas nomeações de funcionários, professores servindo cafézinho, prédios "faraônicos" para a instalação de repartições públicas e empresas estatais e o excessivo endividamento do estado (Cz\$ 60 bilhões). Eles também pedem prioridade para os pequenos e médios produtores rurais e uma ampla radiografia do Rio Grande do Sul, em todas as áreas, logo após a posse de Simon, divulgada em cadeia de rádio e televisão. Preocupado apenas em traçar as diretrizes do seu governo, Simon abre exceção para a educação: "Vou definir ainda esta semana um grupo de trabalho para discutir com o atual secretário de Educação medidas relativas ao ano letivo já que inicia antes da minha posse".

Waldir acha que visita de Brossard restaura o princípio federativo

Salvador — "É a restauração do princípio federativo", definiu o governador eleito da Bahia, Waldir Pires, ao avaliar o resultado do encontro que manteve com o ministro da Justiça, Paulo Brossard, que ontem de manhã encerrou a sua visita ao estado no cumprimento da missão confiada pelo presidente José Sarney de conversar com os governadores eleitos.

"O povo elegeu o seu governador. De modo que o presidente da República enviou o ministro da Justiça para fazer esta visita de cortesia, que simboliza a restauração da federação", frisou Pires.

Mas o que Brossard e Pires conversaram a portas fechadas foi mantido em absoluto sigilo, tanto pelo ministro quanto pelo governador. Brossard insistiu que não está levando aos governadores eleitos nenhum tipo de recomendação especial do governo federal aos futuros administradores estaduais, mas sim analisando com eles um leque de problemas que precisam ser enfrentados. Um deles provoca particular preocupação na Bahia: a violência.

O ministro da Justiça revelou que tomaria a iniciativa de abordar o problema da violência com Waldir Pires mesmo que fosse provocado, pois a questão está na ordem do dia das preocupações dos brasileiros em geral e dos baianos em particular, como têm revelado todas as pesquisas ultimamente realizadas. "A violência é um problema de fundamental importância a ser atacado, tanto que o governo federal o tem colocado no elenco das suas principais preocupações".

Em sua visita à Bahia, o ministro da Justiça estava acompanhado do superintendente da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, que se reuniu com os seus subordinados no estado para uma avaliação do quadro da violência na Bahia. Ficou decidido, de imediato, que a Polícia Federal vai promover uma ampla operação de desarmamento em municípios da região Sudeste e Sul da Bahia, principalmente em Vitória da Conquista. Este mês ocorreu uma média de dois assaltos por dia a bancos na capital e no interior e oito pessoas morreram linchadas nos últimos 40 dias.

Evangélicos propõem a criação de entidade que centralize reivindicação

Porto Alegre — A criação de uma secretaria especial em Brasília, para reunir as reivindicações de sindicatos, associações de moradores e demais organizações populares à Constituinte foi proposta pelo Centro Evangélico de Catequese, entidade ecumênica sediada em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. O objetivo, segundo um dos coordenadores do centro, Ari Vanazzi, "é estabelecer um canal de comunicação entre as organizações populares e os constituintes".

A proposta, já referendada por associações do vale dos sinos, será levada a deputados federais do PMDB, PDT e PT. Vanazzi disse que pretende estabelecer contato com parlamentares atuantes em questões que envolvem o trabalhador, como reforma agrária, habitação, salário mínimo e alimentação, "que teriam a legitimidade para criar um órgão representativo das operações populares".